COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.192, DE 2010

(Apensado o PL nº 7323, de 2010)

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, e dá outras providências.

Autor: Deputado RIBAMAR ALVES

Relator: Deputado WEVERTON ROCHA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, do nobre Deputado Ribamar Alves, tem por objetivo alterar a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, para incluir os Vales dos Rios Itapecuru, Mearim, Pindaré, Turiaçu, Grajaú e Tocantins em sua jurisdição.

O autor da proposição, em sua justificção, alega que a atuação da Codevasf nas áreas sublinhadas possibilitará a inserção de novas tecnologias e culturas, permitindo melhor aproveitamento dos recursos naturais daquelas regiões e fomentando o desenvolvimento econômico das comunidades adjacentes, densamente povoadas.

Foi apensado à proposição em análise o PL nº 7.323, de 2010, de autoria do Deputado Francisco Tenório, que também altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir todos os municípios do Estado de Alagoas na área de atuação da Codevasf, porquanto apenas parte dos

municípios alagoanos fazem parte da bacia do rio São Francisco, ficando assim fora da abrangência das ações daquela Companhia.

Quanto ao mérito, os projetos foram inicialmente apreciados na Comissão de Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CAINDR), que opinou pela aprovação de ambos, na forma de um Substitutivo.

Açambarcando as duas proposições, o Relator na CAINDR incluiu no Substitutivo todo o Estado de Alagoas e os vales dos Rios Munim, Gurupi, Pindaré, Pericumã, Turiaçu, Grajaú e Tocantins na área de atuação da Codevasf. Os vales dos Rios Itapecuru e Mearim, citados no principal, já fazem parte da área de atuação da Companhia.

A seguir, as proposições foram apreciadas na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), que opinou pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária dos projetos e do Substitutivo aprovado na CAINDR.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.192, de 2010, de seu apenso, Projeto de Lei 7.323, de 2010, e do Substitutivo aprovado na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, a teor do disposto no art. 32, inciso IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Tendo em vista as atribuições regimentais da CCJC (art. 32, IV,

alínea a do Regimento Interno), cabe inicialmente ressaltar que, do ponto de vista da constitucionalidade formal, os projetos e o Substitutivo da CAINDR não apresentam quaisquer vícios.

A Constituição Federal prevê competência privativa da União para legislar sobre águas e energia (art. 22, IV). Na Carta Magna, há, ainda, a previsão de competência administrativa da União para elaborar e executar planos regionais de desenvolvimento econômico e social (art. 21, IX), bem como para explorar serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água (art. 21, XII, *b*). Todas essas hipóteses se referem às atividades da Codevasf, enumeradas no artigo 4º da Lei 6.088, de 16 de julho de 1974, que os Projetos de Lei em consideração pretendem modificar.

Os PLs 7.192/10, principal, e 7.323/10, apensado, assim como o Substitutivo da CAINDR, quanto à constitucionalidade material, não apresentam vícios, pois não ferem qualquer tipo de preceito constitucional. As proposições em tela atendem, também, aos requisitos de juridicidade e de boa técnica legislativa, estando em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

No que tange à juridicidade, os projetos e o Substitutivo aprovado na CAINDR harmonizam-se com o ordenamento jurídico, não havendo qualquer impedimento à aprovação de todos.

Por fim, ressaltamos a alta relevância das proposições para as regiões afetadas. A Codevasf tem protagonizado o desenvolvimento econômico e social das regiões em que atua, sendo a grande responsável pelo aumento da produtividade agrícola em tais áreas.

A ampliação de sua área de atuação para os vales dos Rios Munim, Gurupi, Pindaré, Pericumã, Turiaçu, Grajaú e do Tocantins, além de todo o estado de Alagoas, como proposto no Substitutivo da CAINDR, certamente contribuirá em muito para o desenvolvimento daquelas regiões.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade,

juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.192, de 2010, principal; do Projeto de Lei nº 7323, de 2010, apensado, e do Substitutivo aprovado na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado WEVERTON ROCHA
Relator